

## João Gabriel de Moraes Pinheiro

Geógrafo pela Universidade Estadual de Santa Cruz (UESC), discente do Programa de Pós-graduação em Geografia da Universidade Federal do Espírito Santo (UFES), pós-graduando em Saúde Coletiva com área de concentração em saúde digital pela Universidade Federal da Bahia (UFBA).  
jgmpinheiro.bge@gmail.com

## André Luiz Nascentes Coelho

Professor Associado da Universidade Federal do Espírito Santo - UFES, com pós-doutorado em Geografia  
alnc.ufes@gmail.com

---

# Do litígio à emancipação: a formação territorial de Eunápolis no contexto das rodovias e da monocultura

### Resumo

O objetivo do presente artigo foi o de discutir os aspectos históricos e geográficos da formação territorial do município de Eunápolis, localizado no extremo sul da Bahia, com ênfase nas redes de fluxos, como a construção de rodovias e a expansão da monocultura de eucalipto, que contribuíram para a dinâmica social e econômica, além de influenciarem a “evolução” territorial do município. Por meio da análise dos dados históricos, concluiu-se que a organização territorial de Eunápolis foi condicionada à construção e ao desenvolvimento das rodovias federais BR-101 e BR-367. Com a criação desses fluxos, foi possível evidenciar o estabelecimento de fixos que deram origem ao povoado e, posteriormente, à sua emancipação à categoria de município. Desde sua fundação, em 1948, Eunápolis operava em situação de litígio, pertencendo aos municípios de Porto Seguro e Santa Cruz de Cabrália. Dessa forma, a sua elevação à categoria de município, na década de 1980, e o início da plantação de eucalipto, na década subsequente, ocorreram de maneira concomitante, resultando em uma mudança na configuração e na (re)organização socioespacial e econômica do município.

**Palavras-chave:** Organização do espaço, rodovias, desenvolvimento regional, indústria de celulose.

## Abstract

### FROM TERRITORIAL DISPUTE TO EMANCIPATION: THE FORMATION OF EUNÁPOLIS IN THE CONTEXT OF HIGHWAY DEVELOPMENT AND MONOCULTURE EXPANSION

The purpose of this article is to examine the historical and geographical dimensions of the territorial formation of the municipality of Eunápolis, located in the extreme south of Bahia, with particular emphasis on the networks of flows – such as highway construction and the expansion of eucalyptus monoculture – that have shaped its social and economic dynamics and influenced the territorial “evolution” of the municipality. Analysis of historical data indicates that the territorial organization of Eunápolis was largely conditioned by the construction and development of the federal highways BR-101 and BR-367. The emergence of these flows enabled the establishment of settlements that gave rise to the initial village and, subsequently, to its emancipation as a municipality. From its foundation in 1948, Eunápolis remained in a disputed condition, formally belonging to the municipalities of Porto Seguro and Santa Cruz de Cabrália. Its elevation to municipal status in the 1980s, along with the introduction of large-scale eucalyptus cultivation in the following decade, occurred in parallel, producing significant changes in the spatial configuration and in the socio-economic reorganization of the municipality.

**Key-words:** Spatial organization, highways, regional development, pulp industry.

## 1. Introdução

Atualmente, na Geografia, é praticamente unânime a centralidade da relação que se estabelece entre espaço e tempo na formação das categorias geográficas de paisagem, espaço, território e regionalização. Essa relação espaço-tempo é considerada, no âmbito desta ciência de diferentes maneiras: em um momento, destacam-se os processos históricos; em outro, os processos relacionais. Ou seja, trata-se sempre de traços do tempo histórico e do coexistente, por meio das relações que se estabelecem (SAQUET, 2009). A produção do espaço, assim como o espaço urbano, é uma realidade relacional, na qual se cria uma relação entre a natureza e a sociedade, sendo essa relação mediada pelo trabalho, pelas técnicas, pelas tecnologias e pela produção do conhecimento (SANTOS, 1994).

O dispêndio de energia no trabalho configura-se como uma condição *sine qua non* da relação sociedade-natureza. Dessa forma, os objetos naturais e os objetos sociais estão em constante movimento, devido à heterogeneidade do espaço habitado, à urbanização, aos fixos e fluxos e às hierarquias (SANTOS,

1988). O espaço é produzido pelas próprias ações antrópicas, surgindo como uma paisagem artificial. As categorias do trabalho e das técnicas recebem uma centralidade: o ser humano é o sujeito, as técnicas, a mediação e o espaço são produtos históricos. A partir daí, surge a relação espaço-tempo, por meio da dialética que caracteriza o movimento do espaço, com a relação que se estabelece entre o interno e o externo, o novo e o velho (SAQUET, 2009).

A formação territorial perpassa, inevitavelmente, pela acepção de território enquanto categoria geográfica. Segundo Claude Raffestin, o território é produzido por meio da energia e da informação, ou seja, pela efetivação do espaço, das redes de comunicação, das relações de poder que se estabelecem entre os atores, das representações, dos signos e significados, e das malhas (RAFFESTIN, 2005). O território, dessa forma, é o resultado das múltiplas territorialidades efetivadas pelos seres humanos, através do conjunto de relações do sistema tridimensional sociedade-tempo-espaço. Nesse sentido, percebe-se, mais uma vez, que a relação espaço-tempo é destacada como um processo que está na gênese e na base da organização do território e da formação territorial.

Por conseguinte, o território é uma construção coletiva e multidimensional, expressando múltiplas territorialidades, nas quais, segundo Saquet (2000), diferencia-se o território do espaço geográfico a partir de três aspectos principais, a saber: i) as relações de poder, ii) as redes e identidades e iii) os processos espaço-temporais que caracterizam determinadas parcelas do espaço. Nesse sentido, a formação do território ocorre por meio das manchas e dos retículos, nos quais a formação territorial sempre envolve as formas aerais (também denominadas manchas) e reticulares (SAQUET, 2000). O ser humano atua no espaço (natural e social), o qual produz e reproduz de maneira objetiva e subjetiva. O território, dessa forma, é um espaço com múltiplas características, sendo um espaço natural, social e historicamente formado, organizado e produzido. Nesse sentido, a paisagem é a forma visível e percebida desse processo. Como categoria espacial, o território é o produto de processos e ações históricas que se concretizam e materializam em momentos diferentes e, ao mesmo tempo, sobrepostos, produzindo diferentes paisagens. O espaço corresponde ao ambiente natural, assim como ao ambiente organizado e produzido socialmente, com ênfase tanto nas formas (edificações) quanto nos objetos da natureza (SAQUET, 2009).

Dessa maneira, a compreensão do processo de formação territorial é de extrema importância para conceber o território enquanto produto das relações de poder, disputas e intencionalidades humanas. Além disso, a análise integrada do espaço, enquanto produto histórico-social, permite entender sua atual conjuntura.

Neste contexto, o objetivo do presente artigo é o de discutir os aspectos históricos e geográficos da formação territorial do município de Eunápolis, localizado no extremo sul da Bahia, em relação às redes de fluxos, especialmente com a construção das rodovias BR-101 e BR-367 e a introdução da monocultura de eucalipto, avaliando seus impactos na dinâmica social e econômica do município.

## **2. Aspectos históricos, geográficos e demográficos da formação territorial do município**

O município de Eunápolis está localizado nas seguintes coordenadas geográficas: Latitude: -16.3731, Longitude: -39.5751 (16° 22' 23" Sul, 39° 34' 30" Oeste). É uma das localidades que integram a Região Imediata Eunápolis-Porto Seguro, composta pelos municípios de Belmonte, Eunápolis, Guaratinga, Itabela, Itagimirim, Itapebi, Porto Seguro e Santa Cruz de Cabrália, todos situados no extremo sul da Bahia (IBGE, 2017).

Os primeiros movimentos de povoamento e formação territorial do município ocorreram por volta da década de 1940, com a chegada do primeiro contingente de trabalhadores que realizaram a demarcação das estradas onde atualmente se localizam as rodovias federais BR-101 e BR-367 (CUNHA, 2020). Antes de ascender à categoria de município, o povoado que deu origem a Eunápolis era composto por áreas territoriais pertencentes aos municípios de Porto Seguro e Santa Cruz de Cabrália. Essa formação territorial, oriunda desses dois municípios, gerou uma disputa administrativa entre eles pelo controle do povoado (RIBEIRO, 1998).

A formação territorial do município teve início com o financiamento da construção da estrada que liga o município de Itapebi ao Rio Buranhém, promovido pelo Instituto do Cacau da Bahia. O levantamento técnico e topográfico da obra foi realizado em 1944 por Moisés Reis, funcionário do setor

de topografia da Secretaria de Viação e Obras Públicas, sendo o engenheiro Nelson Batista o responsável pela execução. A construção da estrada tinha como finalidade atender a demandas militares, sendo estabelecido como critério técnico que a extensão da via não poderia ser inferior a 60 km nem superior a 70 km. Tal critério foi adotado em razão da Segunda Guerra Mundial, pois havia a presença de navios alemães no litoral brasileiro e, como forma de proteção contra possíveis ataques inimigos, convencionou-se que essa seria a distância segura para a estrada (NETO, 2021).

O levantamento da estrada favoreceu o fluxo de garimpeiros, a partir de 1948, que percorriam o trecho Jequitinhonha-Buranhém (duas importantes bacias hidrográficas), sendo a localidade então nomeada por eles como Km 64 – denominação que posteriormente se consolidou como o nome do povoado. Os garimpeiros estabeleceram como ponto de apoio o entroncamento entre duas estradas; dessa forma, foram construídas cabanas e barracas, o que contribuiu para a consolidação do povoado, que deu origem à BA-02, posteriormente denominada BR-5 e, atualmente, BR-101 (NETO, 2021).

No local onde se encontrava o entroncamento dessas estradas, os habitantes denominaram o povoado de Nova Floresta, nome mantido até a chegada do padre Emiliano Gomes, vindo de Porto Seguro, que o rebatizou como Ibiapina, termo tupi-guarani que significa “terra corrida”. O entroncamento dessas duas rodovias corresponde ao local onde hoje se encontra o bairro Pequi, o primeiro bairro do povoado (PINHEIRO; FONTES, 2022).

Em 1950, condições climáticas adversas provocaram uma estiagem que secou pastagens e lavouras, levando a uma crise local. Esse cenário foi alterado com a ampliação das estradas estaduais BA-02 e BA-05, o que facilitou o acesso ao município de Itabuna e, conseqüentemente, permitiu o estabelecimento de uma relação comercial. A inauguração da estrada ocorreu em 2 de julho de 1953, com a presença do engenheiro responsável, Eunápio Peltier de Queiroz. No mesmo ano, em 27 de julho, o povoado até então denominado Ibiapina passou a ser chamado de Eunápolis, em homenagem ao engenheiro (NETO, 2021).

A princípio, o povoado foi formado por meio do sistema de terras devolutas. Grande parte das terras que atualmente compõem o município pertenciam a Ivan Moura, que as legalizou junto ao Estado. Em seguida, solicitou a desocupação da área onde haviam sido construídos os barracos

dos moradores do povoado do Km 64. Todavia, em 1954, durante uma visita de fiscalização às obras da BA-02 (atual BR-101), Eunápio Peltier de Queiroz decidiu comprar 100 hectares de terra para assentar a população do povoado. As terras foram adquiridas de Ivan Moura por sessenta mil cruzeiros, parceladas em lotes e distribuídas à população. Dois encarregados de Eunápio foram responsáveis por traçar as ruas e quarteirões, além de realizarem a limpeza e a organização do povoado (NETO, 2021).

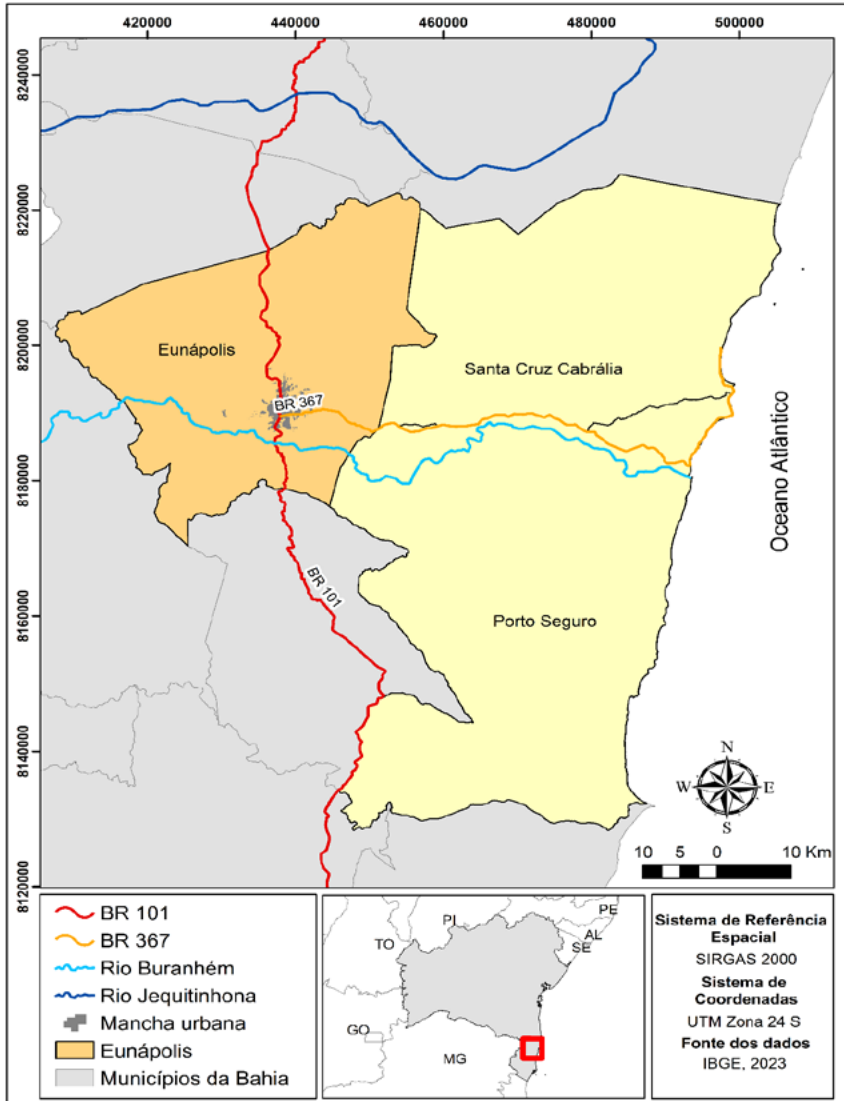
Posteriormente, Ivan Moura se arrependeu da venda e tentou reaver os 100 hectares, alegando irregularidades nos recibos. Esse fato gerou conflito com a população, que passou a exigir a legalização da compra das terras, as quais o ex-proprietário passou a contestar. O topógrafo Moisés Reis já havia realizado a demarcação da área adquirida, e outras regiões também foram invadidas, agravando o confronto político e econômico (NETO, 2021).

Nesse ínterim, Eunápolis acumulava diversos problemas relacionados ao ordenamento urbano. Em 1978, a revista *Veja* publicou uma reportagem intitulada “*O povoado sem sorte: Desventuras de Eunápolis, que pertence a dois municípios e não é servido por nenhum*”. Segundo a matéria, uma pesquisa realizada pelo governo estadual em 1975 revelou que, dos 6.874 imóveis existentes no povoado, apenas 32% possuíam energia elétrica, além de outras carências em serviços como abastecimento de água e coleta de lixo.

Antes da emancipação, 20% do território de Eunápolis pertenciam ao município de Porto Seguro, enquanto os 80% restantes pertenciam a Santa Cruz de Cabrália, sendo, portanto, um território litigioso. Com a instalação das empresas envolvidas na construção das BR-101 e BR-367, como madeireiras, serrarias e comércios locais, pessoas oriundas de estados como Espírito Santo, Minas Gerais e de outros municípios baianos migraram para a região para atuar na exploração madeireira, no cultivo de café e em atividades pecuárias (figura 1).

As rodovias e estradas, enquanto estruturas resultantes do trabalho humano, desempenham um papel fundamental na promoção da atividade econômica e da integração regional. A organização do espaço regional é profundamente influenciada por esses corredores viários, que funcionam como redes de interligação, atuando no redirecionamento dos fluxos, regulando o escoamento da produção e o abastecimento da população (JOIA; PAIXÃO, 2016).

**Figura 1**  
 LOCALIZAÇÃO DO MUNICÍPIO DE EUNÁPOLIS EM RELAÇÃO AS RODOVIAS FEDERAIS



Fonte: Elaborada pelos autores (2025).

Os meios de transporte estão intrinsecamente relacionados ao desenvolvimento da civilização moderna, servindo como instrumento econômico de uma região a partir do momento em que se estabelecem relações comerciais

entre regiões produtoras e consumidoras (RODRIGUES, 2007). A estruturação das rodovias possui a capacidade de influenciar a formação territorial e a constituição de redes urbanas e econômicas, a partir da ampliação das áreas de influência de uma cidade. Isso ocorre, inicialmente, por meio do direcionamento dos fluxos viários (denominados “ligações”) entre os diferentes centros urbanos e, posteriormente, pela formação bem como pela ampliação dos espaços econômicos (nós) (TAAFFE; GAUTHIER; O’KELLY, 1996).

O sistema de transporte é um elemento do território que proporciona maior ou menor fluidez, dependendo de sua estrutura ou qualidade. Ele é, ao mesmo tempo, produto da ação social e do fator territorial que incide sobre essa mesma ação. Dessa forma, na mesma medida em que o sistema de transporte territorializado reflete o grau de desenvolvimento econômico e social, ele também é responsável por essa evolução (JOIA; PAIXÃO, 2016). De acordo com Santos e Silveira (2001), a criação de fixos produtivos leva à criação de fluxos que, por sua vez, exigem novos fixos para balizar a própria atividade, tendo em vista que, na atual fase do sistema capitalista, a circulação comanda a produção.

Esse mesmo fenômeno foi responsável pela formação de Eunápolis que, aliado ao êxodo rural, contribuiu para o estabelecimento de pessoas vindas de outras localidades. Esse movimento resultou de um conjunto de transformações econômicas e sociais, inseridas em projetos de integração nacional que tinham como objetivo articular as áreas menos desenvolvidas com o restante do território sob influência do desenvolvimento econômico vigente no Brasil (CUNHA, 2020).

A figura 2 destaca a via principal do povoado de Eunápolis em 1968, evidenciando a disposição dos imóveis e as primeiras formas de ordenamento territorial do povoado. A largura da rua indica que as principais atividades econômicas, bem como o fluxo de pessoas e mercadorias concentravam-se nessa área central, fator que promoveu o estabelecimento e o crescimento de uma área de influência em torno da região principal, com o surgimento de fixos. Já a figura 3 apresenta um registro fotográfico de um trecho da Avenida Porto Seguro, datado de 1990. Trata-se da principal via do centro de Eunápolis até a atualidade. A imagem revela alterações na configuração espacial da avenida, decorrentes das transformações econômicas e do processo de urbanização do município.

**Figura 2**  
RUA PRINCIPAL DO POVOADO KM 64 - EUNÁPOLIS - EM 1968



Fonte: Arquivo da Câmara Municipal de Eunápolis; Santos (2022).

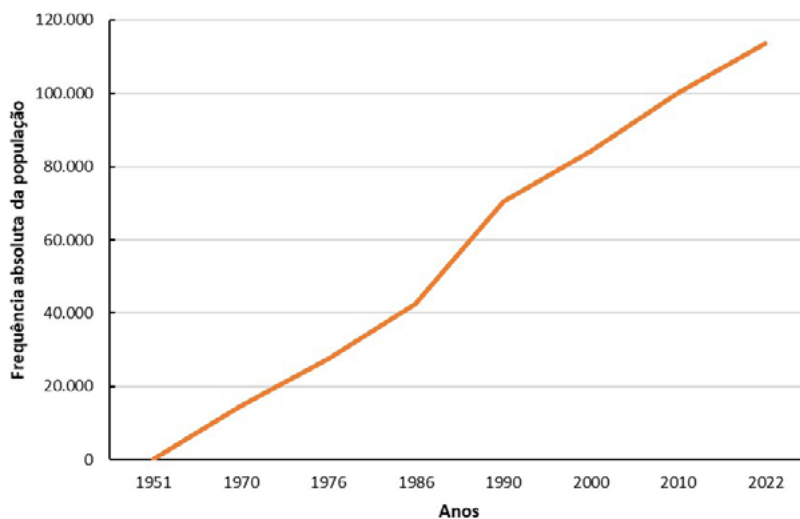
**Figura 3**  
TRECHO DA AVENIDA PORTO SEGURO EM 1990



Fonte: Arquivo da Câmara Municipal de Eunápolis; Santos (2022).

No que diz respeito ao crescimento demográfico, os atrativos econômicos emergentes favoreceram o movimento migratório campo-cidade, o que resultou em aumentos expressivos na população em intervalos curtos de tempo. Em 1977, foi elaborado o Plano Diretor Urbano de Eunápolis, no qual foi realizado um levantamento demográfico. Na figura 4 está representada a tendência de aumento da população no período de 1951 a 2022.

**Figura 4**  
EVOLUÇÃO DEMOGRÁFICA DO MUNICÍPIO DE EUNÁPOLIS NO PERÍODO DE 1951 A 2022



Fonte: Cunha (2020); SIDRA/IBGE; Plano Diretor Urbano de Eunápolis, Salvador, 1977. Elaborada pelos autores.

No período compreendido entre 1951 e 1986, os dados populacionais foram levantados por meio do consórcio SERETE/INCREMENTA, uma vez que Eunápolis ainda não era considerada área urbana, e, portanto, não dispunha de dados demográficos produzidos pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE) (CUNHA, 2020). Com a emancipação que elevou Eunápolis à categoria de município, em 12 de maio de 1988, por meio da Lei Estadual nº 4.770 de 1986, o município teve seu primeiro censo demográfico oficial realizado em 1990 pelo IBGE.

Na análise da figura 4, observa-se que houve um salto expressivo da população de Eunápolis, que em 1951 era de apenas 120 pessoas. Em 1986, segundo o Plano Diretor Urbano de Eunápolis, o ano inicia com

o quantitativo populacional de 45.615 pessoas, chegando no mesmo ano ao número de 52.490 habitantes, um aumento de 5.875 pessoas (o que corresponde a 15,08% da população). A partir de 1990, Eunápolis apresenta uma tendência de aumento na população, com um crescimento médio de 10.000 habitantes por década. O crescimento foi diretamente proporcional ao crescimento da mancha urbana do município: segundo Pinheiro (2024), a mancha urbana em 1990 ocupava uma área de 937,89 hectares e, em 2020, de 1.876,37 hectares, ou seja, uma expansão de 938,48 hectares de área urbana, sendo que, nos trinta anos analisados, a mancha cresceu de maneira radial, tipo de crescimento caracterizado pela expansão do perímetro urbano em todas as direções (PINHEIRO, 2024).

O crescimento populacional na década de 1970 em Eunápolis aproximou o povoado das 15 cidades baianas com população superior a 15.000 habitantes (CUNHA, 2020). O Plano Diretor Urbano de Eunápolis (PDU) expressa a singularidade de Eunápolis em relação a outros lugares do estado da Bahia quando afirma que entre as:

“687 cidades e vilas legalmente instituídas no Estado da Bahia, apenas 42 das cidades ultrapassavam, em 1970, a faixa dos 10.000 habitantes”, (...) esta marca, dentro da mesma década, não foi alcançada por nenhuma das 351 vilas (PLANO DIRETOR URBANO DE EUNÁPOLIS, Volume síntese. Salvador, 1977, p. 2.).

### **3. Produção de eucalipto e a dinâmica socioespacial do município de Eunápolis**

No ano de 1991 a Veracruz Florestal Ltda, umas das empresas subsidiárias da Odebrecht, começou a aquisição de terras no extremo-sul da Bahia, realizando o plantio das primeiras mudas das árvores do gênero *Eucalyptus*. A licença de localização e implantação foi concedida pelo Centro de Recursos Ambientais da Bahia (CRA), cuja finalidade seria o plantio de eucalipto de alta qualidade para produção e exportação da celulose *in natura* (OLIVEIRA, 2015). As primeiras licenças ambientais para funcionamento do empreendimento foram concedidas pelas Resoluções 707 e 708 de 19 de janeiro de 1993 do Conselho Estadual do Meio Ambiente (CEPRAM). A resolução 707 versa sobre o plantio, com validade de 3 anos, de 47.170,79 hectares de eucalipto nos municípios de Porto Seguro, Eunápolis, Santa Cruz de Cabrália,

Belmonte e Prado. Por conseguinte, a resolução 708 dispõe sobre a licença de localização do empreendimento florestal (OLIVEIRA, 2015).

Em 1996, a Veracruz Florestal Ltda. obteve a licença ambiental para o projeto de criação de uma fábrica de celulose, tornando-se, dois anos mais tarde, em 1998, a Veracel Celulose S/A, sendo concedida licença de ampliação por meio da resolução 1.239 de 19 de julho de 1996 (CEPRAM, 1996). Entre as 19 condicionantes destacam-se aquelas que possuem alguma relação com a dinâmica territorial, a saber:

Observar o parâmetro técnico máximo para a ocupação das terras com o plantio efetivo de projetos florestais por município, conforme preconiza o Estudo de Impacto Ambiental, de 15% das terras dos municípios litorâneos e 20% das terras dos demais municípios da área de influência direta, devendo ser elaborado pela empresa diagnóstico e avaliação das alterações dos indicadores socioeconômicos dos municípios ao atingir esse parâmetro. Manter a estratégia atual de uso e ocupação do solo através do desenvolvimento do Programa Mata Atlântica da empresa, incluindo a revisão dos modelos de ocupação dos projetos antigos por ocasião da reforma, no prazo de cento e oitenta dias.

Ainda na Resolução nº 1.239, de 19 de julho de 1996, preconizou-se que o poder público municipal elaborasse ou criasse, com urgência, o Plano Diretor Municipal, visando a balizar os impactos físicos, econômicos e sociais das atividades promovidas na região. Dessa forma, em 2001, foi aprovado pela Câmara Municipal o Plano Diretor de Eunápolis. O Plano Diretor é um instrumento do Estatuto da Cidade, previsto na Lei nº 10.257, de 10 de julho de 2001, que tem por objetivo ordenar o pleno desenvolvimento das funções sociais da cidade, mediante a gestão democrática, o direito à terra urbana e o acesso aos serviços públicos em sua integralidade (BRASIL, 2001).

Em paralelo ao Plano Diretor Municipal, as atividades do empreendimento florestal da Veracel Celulose precisam estar em consonância com o zoneamento socioeconômico e ecológico regional. O zoneamento socioeconômico e ambiental está inicialmente previsto na Lei nº 6.938, de 31 de agosto de 1981, que dispõe sobre a Política Nacional do Meio Ambiente e considera o zoneamento como um instrumento de gestão (BRASIL, 1981). Amparado na lei federal, o estado da Bahia, por meio da Lei Estadual nº 10.431, de 20 de dezembro de 2006, divide o território baiano em 36 zonas que reúnem características ambientais, sociais e econômicas semelhantes, visando a estabelecer diretrizes para o uso da terra e a conservação da biodiversidade.

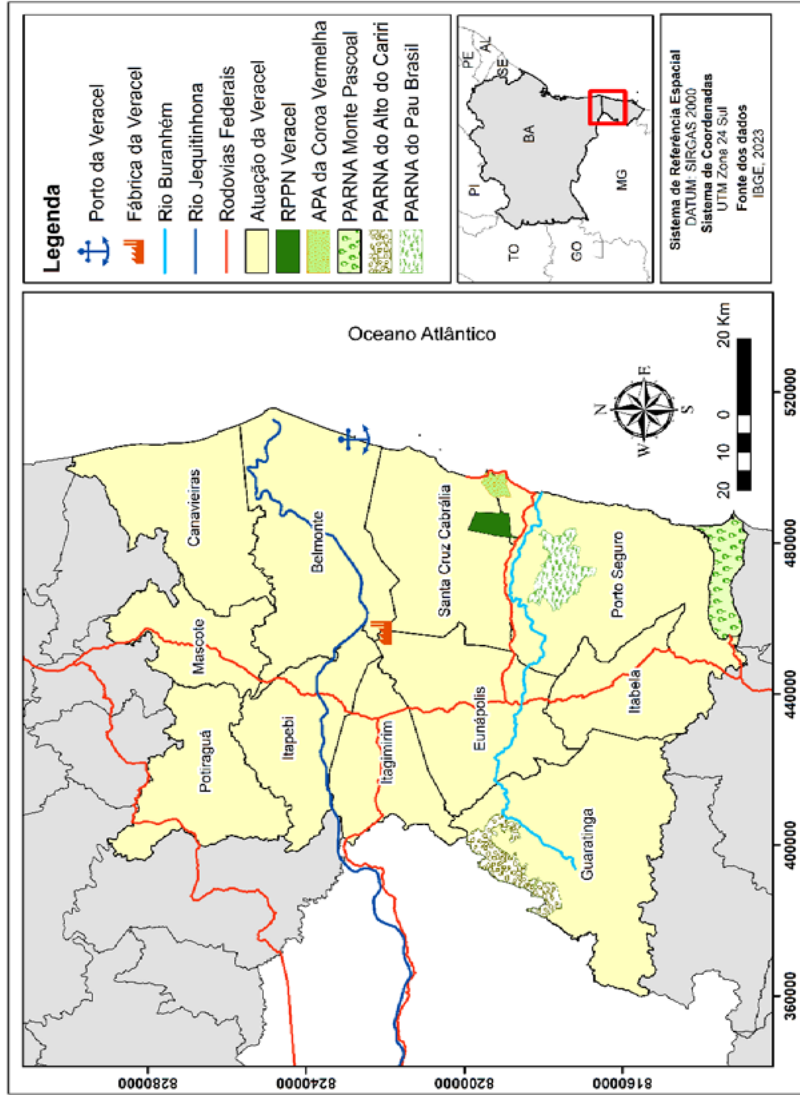
Nesse sentido, as atividades do setor de eucalipto em Eunápolis encontram-se na Zona 28: Tabuleiro Costeiro do Litoral Sul (BAHIA, 2006).

Segundo o Relatório de Sustentabilidade da Veracel Celulose, de 2024, publicado em 2025, o empreendimento atua em 11 municípios, possuindo uma área certificada total de 202,7 mil hectares, dos quais 90,6 mil hectares são de área produtiva. No ano de 2024, foram produzidas 21 milhões de toneladas de celulose, representando um aumento de 5% na produção em comparação com o ano de 2023, quando foram produzidas 20 milhões de toneladas. Ao todo, a Veracel Celulose possui áreas plantadas nos seguintes municípios: Belmonte, Canavieiras, Eunápolis, Guaratinga, Itabela, Itagimirim, Itapebi, Mascote, Porto Seguro, Potiraguá e Santa Cruz de Cabrália (figura 5). Nestes 11 municípios onde a Veracel atua, estão adjacentes algumas áreas naturais protegidas, como os Parques Nacionais (PARNA) do Monte Pascoal (Porto Seguro), Alto do Cariri (Guaratinga) e Pau Brasil (Santa Cruz de Cabrália), além da Área de Preservação Ambiental (APA) da Coroa Vermelha e da Reserva Particular do Patrimônio Natural (RPPN) Estação Veracel.

A fábrica da Veracel, na qual estão concentrados os processos industriais de produção da celulose, está localizada entre os municípios de Eunápolis e Belmonte. Toda a produção da indústria é escoada pelo porto marítimo (Portocel), localizado no município de Belmonte. De acordo com o Plano Municipal de Conservação da Mata Atlântica do município de Eunápolis, a área ocupada com eucalipto corresponde a 20% do território, sendo um uso expressivo da terra na paisagem (figura 5). Neste ínterim, movimentos sociais como o Movimento dos Trabalhadores Sem Terra (MST) e o Movimento de Luta pela Terra (MLT) se manifestam contrários às atividades da indústria, reivindicando a implantação de assentamentos de reforma agrária (OLIVEIRA, 2015).

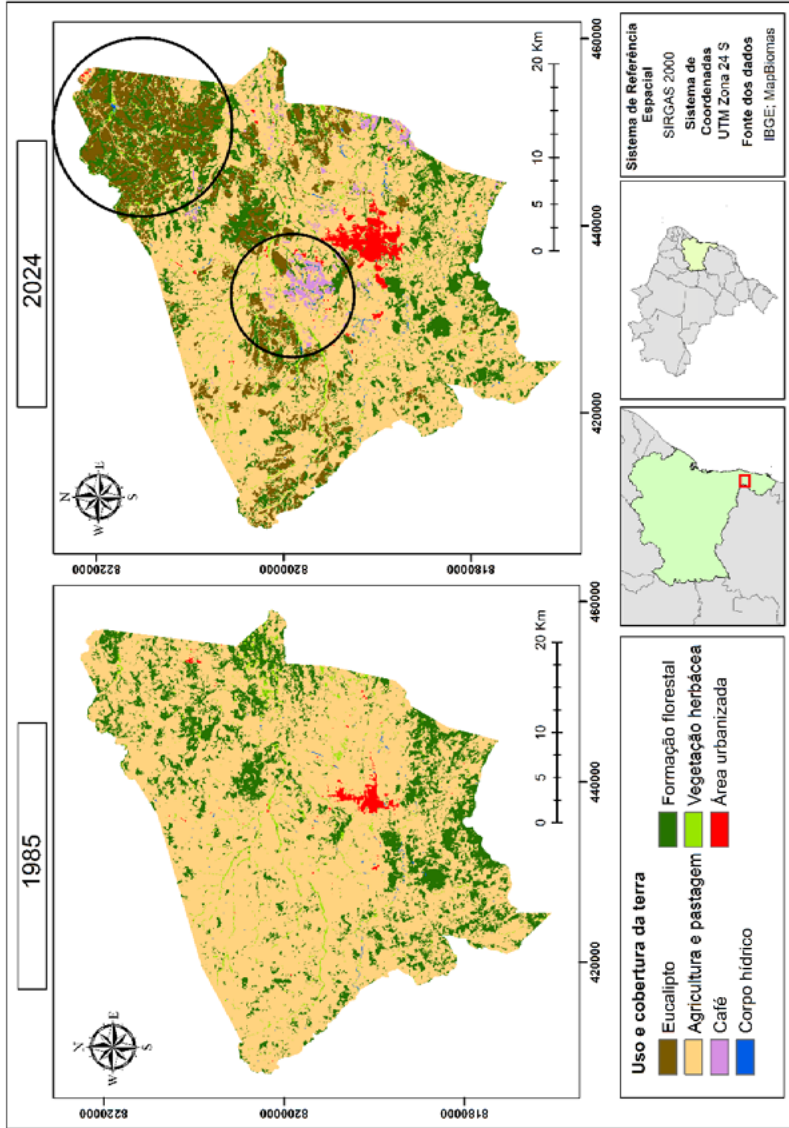
Por meio dos dados obtidos junto ao MapBiomias, referentes aos anos de 1985 e 2024, observou-se uma mudança significativa no uso da terra no município de Eunápolis. Em 1985, a silvicultura de modo geral (não necessariamente eucalipto) ocupava uma área de 1,91 km<sup>2</sup> (o que correspondia a 0,33% da área total do município), enquanto as áreas de plantio de café ocupavam 1,70 km<sup>2</sup> (equivalente a 0,19% da área total). Em 2024, 39 anos depois, as áreas de eucalipto passaram a ocupar 176,86 km<sup>2</sup> – correspondendo a 12,38% da área do município. Já a cultura do café, em 2024, passou a ocupar uma área de 20 km<sup>2</sup>, o que representa 1,45% da área total de Eunápolis (figura 6).

**Figura 5**  
**ÁREA DE ATUAÇÃO DA VERACEL CELULOSE**



Fonte: Elaborada pelos autores.

**Figura 6**  
**USO E COBERTURA DA TERRA DE EUNÁPOLIS – BAHIA, NO PERÍODO DE 1985-2024**



Fonte: MapBiomas, 2024. Elaborada pelos autores.

A produção do café no Extremo Sul da Bahia teve origem a partir da experiência de produtores capixabas. No início da implementação dessa cultura, os agricultores ocuparam áreas anteriormente destinadas à pecuária e transformaram a produção cafeeira em uma das atividades que apresentaram maior demanda por aquisição de terras na região (ALMEIDA et al., 2023). Os produtores capixabas foram atraídos pelos baixos investimentos relacionados ao custo da terra no Extremo Sul baiano, fenômeno que promoveu um desempenho satisfatório na produção de *Coffea canephora* (café conilon) na região (MALINA, 2013).

O desenvolvimento da cafeicultura no Extremo Sul da Bahia ocorreu graças à tecnologia desenvolvida pelo Instituto Capixaba de Pesquisa, Assistência Técnica e Extensão Rural (INCAPER) e pela Cooperativa Agrária dos Cafeicultores de São Gabriel (COOABRIEL), instituições que oferecem assistência aos produtores de café conilon no estado do Espírito Santo. Desse modo, os municípios do Extremo Sul da Bahia, por intermédio dessas instituições e dos produtores capixabas, tornaram-se os principais produtores desse tipo de café na Bahia. O arranjo produtivo do café conilon no Espírito Santo resultou no avanço da produtividade no Extremo Sul baiano, haja vista que o aumento da produtividade ocorreu devido à adesão dos produtores a clones de café mais produtivos, ao aprimoramento no tratamento fitossanitário dos cafezais, ao melhoramento tecnológico e ao aumento do espaçamento nas áreas de cultivo (ALMEIDA et al., 2023).

Não obstante, a produção de eucalipto no município de Eunápolis e na região como um todo tem gerado impactos decorrentes da expansão do complexo florestal e das mudanças na organização socioeconômica, resultando em uma nova lógica de crescimento econômico que implica na modernização do espaço. Outro fator de grande relevância relacionado à monocultura do eucalipto está ligado à questão fundiária e à concentração de terras. Considerando que a produção de eucalipto demanda vastas áreas rurais para a implantação das florestas, essa cultura passou a ocupar áreas anteriormente destinadas à agricultura, sobretudo pequenas propriedades rurais voltadas para culturas alimentares (ALMEIDA et al., 2008).

A venda em larga escala de propriedades rurais para a Veracel Celulose ocorre devido ao aumento do preço da terra na região, provocado pelo “aquecimento” do mercado imobiliário fundiário, desencadeado pelo

estabelecimento da empresa. Outro aspecto relacionado à aquisição de terras por parte da empresa diz respeito ao fato de pequenos proprietários não desejarem vender suas terras, mas acabarem vendendo, pois, do contrário, ficariam ilhados pelos eucaliptos (MALINA, 2013). Além disso, muitos produtores rurais acabam cedendo suas terras, na forma de venda, para a empresa, em razão do apoio governamental às grandes culturas de exportação, em detrimento do incentivo à produção de alimentos.

Os relatórios de sustentabilidade têm sido compreendidos como um mecanismo de prestação de contas, com a finalidade de se constituírem em instrumentos de transparência das empresas, por meio da divulgação externa de informações sociais e ambientais, acessíveis a um amplo conjunto de *stakeholders*. Os *stakeholders* são pessoas ou grupos que podem ser afetados pelas ações de uma empresa, tais como funcionários, fornecedores, sindicatos e a população em geral (GARCIA et al., 2015). Por isso, partiu-se para a análise dos relatórios de sustentabilidade da Veracel, a fim de se compreender a relação espacial existente entre a produção da monocultura e o território do município de Eunápolis.

Entre 2005 e 2025, observou-se que os relatórios de sustentabilidade mudaram drasticamente o perfil de apresentação e a transparência das informações relacionadas à produção de celulose e às áreas plantadas com eucalipto no perímetro de atuação da empresa. Os relatórios de sustentabilidade foram obtidos na página da Veracel Celulose na internet, de forma instantânea e com acesso aos documentos referentes ao período de 2005 a 2024<sup>1</sup>.

Na análise da tabela 1, percebe-se que de 2013 a 2017 os relatórios explicitaram a produção de celulose e o valor total das áreas plantadas de eucalipto nos onze municípios e especificamente em Eunápolis. Todavia, a partir de 2018, as informações se tornam generalistas, sem apresentar as informações de produção específicas por município bem como da produção da celulose.

Na análise da produção de celulose em toneladas, observa-se que, ao longo do período analisado, houve uma tendência não linear de aumento. Segundo os relatórios supracitados, a oscilação da produção em determinados anos ocorreu devido a problemas de infraestrutura, como defeitos ou mau funcionamento de alguns maquinários.

**Tabela 1**  
**PRODUÇÃO DE CELULOSE E ÁREA PLANTADA POR EUCALIPTO NA ÁREA DE ATUAÇÃO DA VERACEL**

<b>Ano</b>	<b>Área plantada (ha)</b>	<b>Produção de celulose (t)</b>	<b>Área plantada em Eunápolis (ha)</b>
2005	74.440,00	467.227	-
2009	90.599,00	1.046.521	-
2010	90.599,00	1.085.087	-
2011	90.453,00	1.054.636	-
2012	90.434,00	1.121.904	19.929,00
2013	90.368,32	1.121.200	21.138,60
2014	90.371,50	1.112.500	21.138,00
2015	82.560,95	1.100.000	15.370,43
2016	83.698,00	1.108.080	15.896,00
2017	83.698,00	1.101.634	15.896,00
2018	-	1.140.000	-
2019	-	-	-
2020	87.556,09	1.089.614	-
2021	87.556,09	1.069.658	-
2022			-
2023	90.500,00	1.062.718	-
2024	90.561,20	21.000.00	-

Fonte: Veracel Celulose.

No que concerne à área plantada de eucalipto em Eunápolis, durante o período em que os dados foram explicitados (2012 a 2017), houve uma redução não linear no plantio no município. Uma das justificativas para esse fenômeno é o estabelecimento do Programa Aliança de Plantio de Eucalipto, no qual a produção de eucalipto é realizada em propriedades de produtores parceiros.

Dessa forma, na análise dos relatórios de sustentabilidade, observou-se uma perda de acurácia nas informações ao longo do tempo. A acurácia das informações representa um critério fundamental para a garantia da qualidade da divulgação, com o objetivo de assegurar a transparência (*accountability*) para os diversos *stakeholders* (GARCIA et al., 2015). Nesse sentido,

a acurácia representa o conceito de exatidão, como definido pelo padrão da *Global Reporting Initiative – GRI* (2011): “informações suficientemente precisas e detalhadas para que os *stakeholders* avaliem o desempenho da organização relatora”. Sendo assim, a falta de acurácia nas informações gera a perda de credibilidade e desconfiança por parte dos *stakeholders*.

#### **4. Considerações finais**

Através da análise dos dados históricos, conclui-se que o município de Eunápolis teve sua formação territorial condicionada à construção e ao desenvolvimento das rodovias federais BR-101 e BR-367. Com a criação desses fluxos, foi possível o estabelecimento de fixos que deram origem ao povoado e, posteriormente, à sua ascensão à categoria de município. Desde sua fundação, em 1948, Eunápolis operava em situação de litígio, pertencendo aos municípios de Porto Seguro e Santa Cruz de Cabrália. O estabelecimento de populações vindas de outros estados brasileiros e de municípios baianos ocorreu por meio da ocupação de terras devolutas.

A exploração madeireira, a mineração nas cidades circunvizinhas e a produção de café foram grandes atrativos econômicos para a constituição do município. Posteriormente, a aquisição de terras para o plantio das primeiras mudas de eucalipto configurou Eunápolis como uma centralidade produtiva do Extremo Sul da Bahia. Assim, a emancipação de Eunápolis, na década de 1980, e o início da plantação de eucalipto, na década subsequente, ocorreram de maneira concomitante, resultando em uma mudança na configuração e na (re)organização socioespacial e econômica do município.

#### **Nota**

- <sup>1</sup> Os relatórios de sustentabilidade podem ser acessados por meio do site: <https://www.veracel.com.br/central-de-downloads/>. Não foram localizados os documentos referentes ao período de 2005 a 2008.

## Referências

ALMEIDA, R. O. et al. Cana-de-Açúcar e Café na Região Extremo Sul da Bahia, Brasil: Uma Análise Espaço-Temporal e dos Fatores Socioeconômicos. **Sociedade & Natureza**, v. 35, p. e66851, 2023.

ALMEIDA, T. M. et al. Reorganização socioeconômica no extremo sul da Bahia decorrente da introdução da cultura do eucalipto. **Sociedade & Natureza**, v. 20, p. 5-18, 2008.

BAHIA. Gabinete do Governador. **Lei Estadual nº 10.431, de 20 de dezembro de 2006**. Dispõe sobre a Política de Meio Ambiente e de Proteção à Biodiversidade do Estado da Bahia e dá outras providências. Salvador, 2006. Disponível em: [http://www.seia.ba.gov.br/sites/default/files/legislation/Lei%2010431\\_2006.pdf](http://www.seia.ba.gov.br/sites/default/files/legislation/Lei%2010431_2006.pdf). Acesso em: 01 jun. 2025.

BRASIL. Casa Civil. Subchefia para Assuntos Jurídicos. **Lei Nº 10.257 de 10 de Julho de 2001**. Regulamenta os arts. 182 e 183 da Constituição Federal, estabelece diretrizes gerais da política urbana e dá outras providências. Brasília, 2001. Disponível em: [https://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/leis/leis\\_2001/110257.htm](https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/leis_2001/110257.htm). Acesso em: 01 jun. 2025.

BRASIL. Casa Civil. Subchefia para Assuntos Jurídicos. **Lei Nº 6.938, de 31 de agosto de 1981**. Dispõe sobre a Política Nacional do Meio Ambiente, seus fins e mecanismos de formulação e aplicação, e dá outras providências. Disponível em: [https://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/leis/leis\\_2001/110257.htm](https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/leis_2001/110257.htm). Acesso em: 01 jun. 2025.

CEPRAM. Conselho Estadual do Meio Ambiente da Bahia. **Resolução 1.239 de 19 de julho de 1996**. Concede a licença de ampliação à Veracel Celulose S/A e dá outras providências. CEPRAM: Salvador, 1996. Disponível em: <https://www.ba.gov.br/meioambiente/531/resolucoes-cepram>. Acesso em: 19 jun. 2025.

CUNHA, L. S. Urbanização e imaginário sobre o “maior povoado do mundo”. Eunápolis 1970 a 1988. **Abatirá - Revista de Ciências Humanas e Linguagens**, v. 1, n. 1, p. 290-307, 2020.

GARCIA, S. et al. Qualidade da divulgação socioambiental: um estudo sobre a acurácia das informações contábeis nos relatórios de sustentabilidade. **Revista Contemporânea de Contabilidade**, v. 12, n. 25, p. 67-94, 2015.

GLOBAL REPORTING INITIATIVE – GRI. **Diretrizes para Relatório de Sustentabilidade**. 2011. Disponível em: <https://www.globalreporting.org/resourcelibrary/Brazilian-Portuguese-G3.1.pdf>. Acesso em: 05 jun. 2025.

IBGE. Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. **Divisão regional do Brasil em regiões geográficas imediatas e regiões geográficas intermediárias**. Rio de Janeiro: IBGE, 2017.

JOIA, P. R; PAIXÃO, A. A. Rodovias municipais: integração e organização do espaço no município de Aquidauana-MS. **Terr@ Plural**, v. 10, n. 1, p. 105-120, 2016.

MALINA, L. L. **A territorialização do monopólio no setor celulósico-papeleiro**: a atuação da Veracel Celulose no Extremo Sul da Bahia. 2013. 359 f. Dissertação (Mestrado em Geografia Humana) - Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas. Universidade de São Paulo, São Paulo, 2013.

MAPBIOMAS. **Mapa das coleções**. 2024. Disponível em: <https://brasil.mapbiomas.org/colecoes-mapbiomas/>. Acesso em: 03 jun. 2025.

NETO, V. B. B. **Capoeiragem no maior povoado do mundo**: inserção da capoeira regional em Eunápolis (1975 a 1981). 2021. 70 f. Monografia (Licenciatura em História) - Departamento de Educação, Ciências Humanas e Tecnologias, Universidade Estadual da Bahia, Eunápolis, 2021.

OLIVEIRA, A. A. S. **Transformações espaciais e indicadores socioambientais**: o caso de Eunápolis-Bahia. 2015. 128 f. Dissertação. (Mestrado em Meio Ambiente e Desenvolvimento Regional) - Programa de Pós-Graduação em Desenvolvimento e Meio Ambiente, Universidade Estadual de Santa Cruz (UESC), Ilhéus, 2015.

PINHEIRO, J. G. M. Modelagem da expansão da mancha urbana do município de Eunápolis/BA através das imagens do satélite Landsat. **Revista Tocantinense de Geografia**, v. 13, n. 30, p. 201-216, 2024.

PINHEIRO, J. G. M. P.; FONTES, T. G. N. T. Análise da organização do espaço geográfico do bairro Pequi, Eunápolis-Bahia. **Geografia Grapiúna**, v. 2, n. 2, p. 39-54, 2022.

PLANO DIRETOR URBANO DE EUNÁPOLIS, Volume síntese. Salvador, 1977.

RAFFESTIN, C. **Dalla nostalgia del territorio al desiderio di paesaggio. Elementi per una teoria del paesaggio**. Firenze: Alinea, 2005.

RIBEIRO, G. M. **Eunápolis de mata a cidade**. Eunápolis-BA, 1998.

RODRIGUES, P. R. A. **Introdução aos sistemas de transportes no Brasil e à logística internacional**. São Paulo: Aduaneiras, 2007.

SANTOS, J. C. **Catálogo Fotográfico**: Desenvolvimento urbano e ações políticas em Eunápolis-Ba (1968-2004). 2022. 116 f. Monografia (Licenciatura

em História) - Departamento de Educação, Ciências Humanas e Tecnologias, Universidade do Estado da Bahia, Eunápolis, 2022.

SANTOS, M. **Metamorfoses do espaço habitado**. São Paulo: Hucitec, 1988.

SANTOS, M. O retorno do território. In: SANTOS, M. et. al. (Org.). **Território: globalização e fragmentação**. São Paulo: Hucitec/Anpur, 1994. p. 15-20.

SANTOS, M.; SILVEIRA, M. L. **O Brasil: território e sociedade no início do século XXI**. Rio de Janeiro: Record, 2001.

SAQUET, M. A. **Territórios e territorialidades: teorias, processos e conflitos**. São Paulo: Expressão Popular, 2009.

SAQUET, M. A. O tempo, o espaço e o território. In: SOUZA, E.; SOUZA, Á. (Org.). **Paisagem, território, região: em busca da identidade**. Cascavel/PR: Edunioeste, 2000. p.103-114.

SIDRA. **Sistema IBGE de Recuperação Automática**. Disponível em: <https://sidra.ibge.gov.br/home/pnadcm>. Acesso em: 31 mai. 2025.

TAAFFE, E. J.; GAUTHIER, H. L.; O'KELLY, M. E. **Geography of transportation**. New Jersey: Prentice-Hall, 1996.

VERACEL CELULOSE. **Relatórios de Sustentabilidade**. Disponível em: <https://www.veracel.com.br/sustentabilidade/relatorio-de-sustentabilidade-2024/>. Acesso em: 17 jun. 2025.

Recebido em 06/09/2025

Aceito em 22/09/2025